

Falta de programa

QUALIDADE DO PLANO ELEITORAL DE FHC DEPENDE DO PLANO OPOSICIONISTA

MARCELO DE PAIVA ABREU

A virada do ano foi marcada pelos primeiros movimentos mais concretos em relação à eleição presidencial. Com base nessas manifestações preliminares deveria haver amplos motivos de preocupação tanto para a oposição quanto para o governo. É razoável supor que, quanto mais relevante e realista for o programa da oposição, maior será a pressão para que o programa da coalizão política que sustenta a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso seja, também, substancial e efetivo. Mas, ao que parece, é alto o risco de que, de novo, a estratégia eleitoral da oposição facilite a vida da coalizão governista.

Mesmo levando em conta a memória notavelmente curta que caracteriza a vida política do País, ainda são bem presentes os traços principais da campanha eleitoral de 1994. A campanha de Fernando Henrique, a despeito dos cinco dedos da mão, foi de fato calcada na defesa das virtudes do Plano Real e, em última instância, da prioridade que deveria merecer o combate à inflação diante de outros objetivos de governo. A estratégia da coalizão vitoriosa foi extraordinariamente facilitada pelos erros políticos na condução da candidatura de Lula. Esses erros políticos decorreram da aceitação da avaliação errada dos principais econo-

mistas que assessoravam a futura oposição quanto ao sucesso do programa de estabilização. O fracasso retumbante do Plano Real, previsto para o curto prazo, simplesmente não ocorreu em setembro de 1994, e também não em dezembro de 1994, e, também, não em nenhum dos outros muitos momentos em que isso foi desejado por analistas crescentemente preocupados com a má qualidade de suas previsões.

Com o benefício da visão retrospectiva, melhor servida teria estado a candidatura Lula se a sua estratégia eleitoral tivesse enfatizado os temas "históricos" do PT quanto às notórias iniquidades que caracterizam a sociedade brasileira. Mesmo que se admita que a coalizão vencedora teve a vantagem de controlar o *timing* da campanha, por meio da prioridade política concedida à estabilização no final do governo Itamar Franco, a confusão entre desejo e realidade parece ter empolgado indevidamente os assessores econômicos do candidato derrotado.

A inesperada e taxativa vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno, viabilizada pelos erros estratégicos do competidor principal, levou diretamente à complacência por parte da coalizão vitoriosa. Certamente pagou-se um preço não desprezível por conta da vitória excessivamente fácil. Por mais que se aceite a atratividade da Praga Mágica,

uma campanha que necessitasse um segundo turno talvez pudesse ter levado os vitoriosos a maior empenho no detalhamento de seu efetivo plano de governo.

A oposição corre o risco de repetir, em 1998, pelo menos parte dos equívocos de 1994, e de criar condições para que o governo também repita seus erros. Anuncia-se que a ênfase da estratégia eleitoral da oposição será a denúncia de alegados efeitos indesejáveis do programa de estabilização, em particular sobre o emprego. Em vez de um programa positivo, que explicitasse prioridades concretas alternativas, a oposição parece disposta de novo a jogar papel reativo em relação às políticas do governo. Naturalmente o governo por seu lado, ao enfatizar a defesa do programa de estabilização, tenderá a deixar em posição secundária a definição de um efetivo programa com detalhamento prévio de políticas setoriais.

Imagine-se, por um momento, o que, a esta altura da partida, parece bastante improvável: uma vitória da oposição. As críticas à política cambial, monetária e fiscal do atual governo deveriam naturalmente justificar a desvalorização cambial, a redução da taxa de juros e o aumento de gastos. É pouco claro como seria possível evitar um aumento substancial da taxa inflacionária e a volta de mecanismos de indexação, inicialmente relacionados a salários e depois generalizados. Com base no retrospecto do período de inflação crônica de 1980 a 1994, não há nenhuma garantia de que essa reorienta-

ção da política macroeconômica seja acompanhada de retorno ao crescimento econômico sustentado a taxas decentes. Até mesmo com relação ao vínculo entre programa de estabilização e queda do emprego, o diagnóstico que alicerça as prioridades políticas da oposição é incompleto. Parte importante da perda de postos de trabalho, especialmente em setores de grande influência sindical, como nas montadoras de veículos, deve-se à inexorável modernização das plantas em operação no País, caracterizadas, mesmo hoje, por níveis de produtividade extremamente baixos.

Certamente, a contração econômica decorrente da desestabilização financeira na Ásia agravou algumas das consequências indesejáveis da exposição da indústria instalada no País aos preços vigentes no mercado mundial. Mas falta credibilidade às promessas de volta ao crescimento e aumento de emprego resultantes da reversão de algumas das políticas econômicas hoje adotadas.

O governo está oferecendo, pelo menos no curto prazo, recessão sem inflação. A oposição, na verdade, só consegue oferecer estagnação com inflação. Seria altamente desejável que as plataformas políticas concorrentes tratassem de refletir minimamente visões alternativas da sociedade e alguma dose de realismo macroeconômico pudesse fazer parte da plataforma política da oposição.

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.